



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ATRAVÉS DE RECURSOS RECEBIDOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (SALDO REMANESCENTE).

DATA DA SESSÃO: 01/11/2024

IMPUGNANTE: PRO LICITANTE LTDA, inscrita no CNPJ 29.962.647/0001-86, sediada na Avenida Dom Pedro II, 829, São Cristóvão, CEP 88509-216, Lages/SC.

1. PREÂMBULO

Diante do contido no artigo 22, § 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:

Art. 22 Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente. (Grifo nosso)

Considerando que não houve tempo hábil para responder a impugnação apresentada pela empresa PRO LICITANTE LTDA, inscrita no CNPJ 29.962.647/0001-86, em razão de a Secretaria Municipal de Saúde, estar realizando diligências referentes aos apontamentos apresentados na peça impugnatória.

Eu, Sirlene de Fátima Domingues, na qualidade de Presidente da Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, embasada nos princípios que regem a Administração Pública e esclarecidos os fatos que ensejaram o adiamento de resposta às argumentações de impugnação ao edital da licitação epigrafada, venho, respeitosamente apresentar resposta.

2. DA TEMPESTIVIDADE

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br
Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396
Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

A empresa **PRO LICITANTE LTDA**, inscrita no CNPJ N.º 29.962.647/0001-86, protocolou pedido de impugnação ao edital do Pregão Eletrônico nº33/2024, em 25 de outubro de 2024.

O instrumento convocatório estabelece no item 3.1 do edital que as impugnações devem ser enviadas até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame (art. 164) e INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022, art. 16:

Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

"Define-se: o último dia útil **29/10/2024 às 00h00min**. Neste período, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão".

Dito isso, a presente peça foi encaminhada a esta pregoeira em campo próprio na plataforma da BLL (Bolsa de Licitações do Brasil) no dia 25/10/2024 às 17h57min.

Neste sentido, tendo em vista que a sessão de abertura estava marcada para o dia 1º de novembro de 2024, a impugnante cumpriu o lapso temporal estabelecido no edital e no art. 24, sendo tempestiva a referida impugnação.

3. DOS FATOS E PEDIDOS

O primeiro destaque é sobre o objetivo da licitação, a doutrina é pacífica ao acentuar os traços essenciais e suas finalidades para o êxito de um Processo Licitatório, em outras palavras, pode-se dizer que a licitação tem como objetivo:

- a) garantir que todos os interessados possam participar do processo em condições de igualdade;
- b) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.

Pela análise o objetivo da licitação não é contratar qualquer empresa ou qualquer produto indistintamente, mas selecionar em igualdade de condições entre todos os interessados que forneçam o produto ou serviço que atenda às necessidades do interesse público devendo ser interpretada à luz do princípio da licitação e do raciocínio encampado na presente manifestação.

Os argumentos apresentados pelo Impugnante passam a ser analisados de forma minuciosa, dentro dos parâmetros da legislação vigente para licitações, de forma a garantir resultado

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA **LOBATO**

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

positivo, qual seja a obtenção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.

Portanto, vejamos em resumo as alegações e o pedido principal, *in verbis*:

(...)

2. DA NECESSIDADE DE AJUSTE DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA GARANTIR A BOA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

A aquisição de equipamentos de informática é um dos maiores desafios para as instituições públicas, devido à variedade de opções, características e variáveis, além da evolução tecnológica constante, tanto de hardware como de software.

Neste contexto é muito importante que a Administração tenha grandes cuidados na aquisição dos seus equipamentos para não receber produtos defasados e acabar por diminuir a vida útil. Também deve cuidar para adquirir os produtos de última geração (e consequentemente mais caros) somente quando tiver uma necessidade primordial, que a geração com melhor custo-benefício não seja capaz de atender.

Justamente para auxiliar na melhor escolha do Administrador o Ministério da Gestão e da Inovação em serviços públicos lançou a portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023, que devida o seu grande detalhamento pode ser utilizada como referência, mesmo que não seja de aplicação obrigatória por este ente licitante.

Além da portaria acima o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tem um manual de boas práticas, orientações e vedações para contratação de ativos de TIC2, que da mesma forma do regulamento acima, pode ser utilizado como orientação, mesmo que não haja obrigatoriedade de sua aplicação.

Neste manual a Administração traz um conceito do momento que cada tecnologia deve ser adquirida, pensando sempre no custo-benefício, veja-se:

(...)

1.4.1. MICROCOMPUTADORES TIPO DESKTOP

1.4.1.1. Para aquisição de microcomputadores, tipo desktop, deve-se considerar a vida útil mínima de 4 (quatro) anos para fins de posicionamento da tecnologia e de garantia de funcionamento.

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

1.4.2. MICROCOMPUTADORES TIPO NOTEBOOK

1.4.2.1. Para aquisição de microcomputadores, tipo notebook, deve-se considerar a vida mínima útil de 3 (três) anos para fins de posicionamento da tecnologia e de garantia de funcionamento.

(...)

2.1. DA NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO DA LICENÇA WINDOWS 11 PRO

A presente licitação contém as seguintes exigências com relação à licença do Windows:

Item	Exigência
4 e 5	Sistema operacional Windows 10 pro (64 bits),

(...)

A preocupação na aquisição da licença correta, deve ser somada a de adquirir um produto com grande custo-benefício para Administração, sempre devendo ser escolhido um software com longa vida útil, evitando que seja necessária a aquisição de uma nova licença em um curto período.

Na presente licitação está sendo exigido a entrega de licença do Windows 10, que se trata de uma versão lançada em 2011, já bem defasada do sistema operacional e com fim de suporte já programada para outubro de 2025.

(...)

Desta forma sugerimos que a Administração acrescente a seguinte exigência:

SISTEMA OPERACIONAL

- a) Deverá vir com sistema operacional Microsoft Windows 11 pro 64 bits, pré-instalado e ativado, no idioma português Brasil;
- b) No caso de OEM a chave deverá ser gravada na bios;
- c) Caso o fornecedor opte pelo regime COEM, será necessário fornecer o COA (chave de licença impressa).

(...)

"Por todo o exposto, requer-se: 1) O recebimento da presente impugnação, julgando-a procedente e alterando as previsões do edital; 2) Que seja comunicado o julgamento obrigatoriamente pelo e-mail, contato@prolicitante.com.br."

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

4. ANÁLISE

Cabe frisar que todo ato administrativo deve atender os princípios consoantes do Art. 5º da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, que dispõe: Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Em razão de se tratar de alegações técnicas, a presente impugnação foi encaminhada à Secretaria Municipal de Saúde.

Depois de a Secretaria Municipal de Lobato realizar as devidas diligências no tocante aos apontamentos, junto à Secretaria de Saúde do Paraná, em relação à licença do Windows 11 Pro, se atenderá as necessidades relativamente à utilização de programas disponibilizados por esta Secretaria, constatou-se que os itens 4 e 5 carecem de alterações em seus descritivos, garantindo assim o interesse público a assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, **inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.**

Nesse sentido, a administração, com base no Princípio da Autotutela Administrativa, este que concede à Administração Pública o poder de anular ou revogar os seus próprios atos administrativos, por conveniência e oportunidade, visando assim não incorrer em erro, reconhece a validade dos argumentos apresentados.

5. DA DECISÃO

Diante do exposto, decido **CONHECER** a impugnação realizada pela empresa **PRO LICITANTE LTDA**, inscrita no CNPJ N.º 29.962.647/0001-86, e, no mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO**.

Informo ainda, que o certame se manterá **SUSPENSO “SINE DIE”**, a fim de retificar o edital e seus anexos (no que couber), e assim que a Secretaria Municipal de Saúde renovar as pesquisas de preços e demais documentos necessários, aviso com nova data será publicado.

Dessa forma, ressalto que o aviso com a nova data da sessão pública de abertura para o referido processo, bem como o Edital RERRATIFICADO na íntegra serão disponibilizados através dos mesmos meios de divulgação (no Diário Oficial do Município, Plataforma da BLL e PNCP) e prazos utilizados anteriormente.

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



P R E F E I T U R A **LOBATO**

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

Maiores informações poderão ser solicitadas através do e-mail: licitacao@lobato.pr.gov.br

Lobato, 07 de novembro de 2024.

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES
Presidente da Comissão de Contratação
Decreto Nº 133-2023 de 21/08/2023-PML

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br
Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000